Lembrando Álvaro Weyne e a Praça

Jandira Carvalho

Certo dia (do ano de 1953) recebemos um convite de Álvaro Weyne para uma conversa jornalística. Antônio Carlos Campos de Oliveira, do **Correio do Ceará**, sorriu à idéia:

– Uma entrevista com Álvaro Weyne? Você vai adorar.

Chegamos à casa comercial de Álvaro Weyne, à rua Floriano Peixoto. Ele estava disposto a arredar negócios e preocupações e desenvolver uma longa conversa cujo tema eram as tradições de Fortaleza e, por assim dizer, tomou-nos pela mão e conduziu-nos a velhos e interessantes cenários, já então quase desaparecidos sob uma camada de verniz que a cidade ganhara em quarenta anos de evolução.

Para essa viagem em busca de lembranças tomamos como ponto de partida um cajueiro famoso, que existira na Praça do Ferreira.

Falar desse passado era, para Álvaro Weyne, uma transfiguração e uma nova juventude. Aliás, muitos memorialistas nossos, como o notável escritor Abelardo R. Montenegro, focalizaram Fortaleza de outros tempos e especialmente a Praça do Ferreira.

Edigar de Alencar diz que Fortaleza é uma cidade bem-aventurada, porque amada e relembrada pelos seus habitantes de ontem e hoje. Álvaro Weyne pensava também assim. É que daquelas memórias e tradições ambos foram não só espectadores, mas participantes.

Distingue-se pelo seu incansável trabalho de cronista da Fortaleza antiga o escritor e acadêmico Mozart Soriano Aderaldo, que recentemente (1989) lançou o seu livro **A Praça**, roteiro histórico, poético e de muito amor. Vai além dos demais que escreveram sobre o assunto quando exclama: "Urge ressuscitar a velha Praça!".

Segundo o escritor Raimundo Girão, Álvaro Weyne fôra um desses rapazes de imaginação travessa, promotores das famosas eleições de 1º de abril, iniciadas em Fortaleza em 1904 e continuadas por muitos anos, tendo como ponto central um cajueiro, símbolo das alegres

brincadeiras provincianas e denominado "Cajueiro da Mentira" ou "Cajueiro Botador".

Naquele momento, parecia-nos um tanto ingênuo falar tão entusiasticamente dessas tradições populares, histórias de árvores que um dia enfeitaram velhas praças de uma capital e coisas assim. É que já vivíamos em momentos cruciais de conflitos, atividades absorventes, luta pela vida, desestimulando as fantasias e sonhos...

Mas – Álvaro Weyne argumentava – para os que amam Fortaleza há sempre um pouco de tempo e gosto para relembrar coisas do passado.

De repente, a conversa foi-se tornando fascinante. O nosso entrevistado conhecia pelos primitivos nomes as principais ruas e praças da capital. Quanto aos costumes, contava-nos sobre conversas nas calçadas, à tardinha, à sombra das mongubeiras e castanholeiras (os ficus-benjamins datam de 1925) e dos passeios à noite, sob a luz baça dos lampiões de gás.

E essa viagem em busca de lembranças teve como ponto de partida, como já dissemos, um velho cajueiro da Praça do Ferreira. Contou-nos Álvaro Weyne que esse cajueiro ficava a 20 metros, mais ou menos, do ângulo, pelo lado do Café Globo (hoje esquina da APLUB), à altura do terceiro ficus-benjamim da Praça, do lado leste.

Em **Fortaleza Descalça**, de Otacílio de Azevedo, há um capítulo interessante sobre a tal árvore, onde se diz que dava frutos o ano inteiro, merecendo o nome de "Cajueiro Botador". No mesmo livro há referências a outro famoso espécime vegetal – Oitizeiro do Rosário. E aí se menciona o ano de 1929, quando era Prefeito de Fortaleza Álvaro Weyne, por acaso o nosso feliz entrevistado, vinte e quatro anos depois...

O Cajueiro Botador – narra Álvaro Weyne – era uma árvore de pouca folhagem. De seu caule apenas três galhos subiam e se estiravam naquele espaço reduzido. Mal instalada entre pedras, diante das casas comerciais, a árvore era feia, mas generosa e fecunda, o ano inteiro produzindo, sem se ater a safras ou chuvas, atestando sua classe nunca desmentida por toda uma geração de fortalezenses.

Quem havia de pensar que aquele modesto cajueiro chegaria a se transformar num símbolo da opinião pública?

O Cajueiro da Praça tem a sua história.

É clássico o conceito de que não havendo documentos não há história. Mas esse conceito já se modificou e a tradição oral pertence a todos e merece crédito porque apreendida através de honestos pesquisadores.

A Epidemia de Potocas e as Eleições de 1º de Abril

Fortaleza possuía uma fama terrível: seus habitantes dedicavam-se ao incrível e desmoralizante trabalho de contar potocas. Havia uma grande quantidade de mentirosos tecendo mirabolantes histórias, nos cafés ou à sombra das árvores, em qualquer canto onde houvesse interlocutores capazes de ouvir, ou o pretexto de um cafezinho "assentado e assoprado", largamente saboreado, sem pressa nem vexames, ou muito simplesmente nos intervalos da missa ou da feira.

A mentira campeava sem dó nem piedade. Faziam-se, desfaziam-se noivados, criavam-se doenças que eram inoculadas em criaturas de bom sangue; punha-se a viajar, inesperadamente, um chefe político; assinavam-se demissões e nomeações; fazia-se guerra de nervos no cenário político; punham-se até frente à frente, como galos de rinha, pacíficos cidadãos, compelidos a desafrontar imaginárias ofensas.

A guerra européia que se iniciava era reduzida a uma batalha de soldadinhos de chumbo, com os lances todos conhecidos, feitos e desfeitos ao sabor da imaginação fértil de meia dúzia de entendidos em alta estratégia militar.

Não raro um comerciante abria falência, a despeito de andar a sua escrita na situação de um constante "superavit"...

E assim, entre a maledicência declarada e a pilhéria inocente, ampliavam-se cada vez mais os serões dos potoqueiros profissionais do Ceará.

Álvaro Weyne, conspícuo cidadão, abastado comerciante, fino conversador, figura singular pela simpatia e educação, criatura sensível, possuindo o dom de compreender e venerar os símbolos, falava e falava, entre risos e emoções, causados pelas lembranças de sua mocidade.

Aí é que começara a explicar como entrara nessa história o Cajueiro da Praça.

Ainda bem moço pensara num modo de pôr fim àquela desenfreada corrente de mentiras que se alastravam pela cidade, falseando o espírito do povo, já então injustamente considerado o mais irresponsável da Região. Assim, com o auxílio e entendimento de outros comerciantes e amigos, lançou as bases de uma instituição calcada no sistema da Guarda Nacional. Era, ao mesmo tempo, uma crítica velada a essa mesma corporação, composta de elementos endeusados por títulos pomposos e revestidos de berrantes uniformes.

A nova instituição de polícia popular tinha altas patentes, hierarquia complexa, constando entre outros de generais e coronéis, pas-

sando por uma escala de tenentes, cabos e alferes, e demais fardas de menor categoria. Durante vários anos, integrava-se e se desintegrava, ao sopro das preferências populares.

De repente passava um daqueles medalhões ao mais negro ostracismo, e outro subia como rabo de arraia, conforme o papel que desempenhara na repressão ao vício da mentira. O movimento foi bem aceito. Era uma espécie de cruzada contra a corrupção.

À sombra do cajueiro da Praça do Boticário Ferreira instalara-se uma urna para receber os votos das eleições de 1º de Abril. Organizavam-se chapas eleitorais. A imprensa reportou o acontecimento, guiando a opinião pública. Os "patriotas" fizeram comícios em vários recantos da Praça, depois de marcada a data da realização do pleito que iria decidir os destinos da sociedade, necessitada de uma severa medida saneadora, dado o terrível flagelo moral que a corrompia.

Obtida a adesão de centenas de pessoas, instalados diretórios nos municípios onde também se verificava a presença da estranha epidemia das potocas e o profissionalismo do boato, chegou o dia 1º de Abril. A grande urna feita de madeira rústica foi conduzida ao pé do cajueiro enquanto a Banda da Força Pública executava um dobrado e as pessoas interessadas compareciam para depositar o seu voto, incluindo-se no rol dos eleitores, comerciantes, militares, desembargadores, advogados, além de outras pessoas das mais diversas camadas sociais. Dado o grande número de cédulas apresentadas, muitas das quais eram mensagens contendo críticas, desabafos ou irreverências, a rigor nem se processava a apuração, porque o resultado era de antemão conhecido. A cabala tinha sido bem feita e os nomes sufragados andavam de boca em boca...

Álvaro Weyne, em sua agradável conversa, contava mil coisas de Fortaleza daquele tempo. E, na ocasião da entrevista, deu-nos uma fotografia da Praça no momento desse retrospecto.

A Praça era o ponto de reunião predileto dos rapazes e homens maduros, cansados da restrita convenção dos lares, desejosos de fuga, de derivativo, em companhia de amigos, para a conversa mais erudita, a anedota mais livre, a expansão mais larga e, deve-se dizer, também para a explosão dessa tara de que estamos falando, que ameaçava invadir todas as esferas da vida social e que não era outra senão a mentira deslavada, com pretensões a humorismo de bom gosto...

A Praça, nos fins do "reinado" do Coronel Franco Rabelo

Figuremos a Praça e sua situação geográfica no coração da cidade, nos idos de 1904 e mesmo antes.

Do lado onde ficava a Alfaiataria Amâncio (leste), existia em

época mais recuada a Feira Nova, com árvores em cujos troncos eram amarrados os cavalos, rudimentar e quase único meio de transporte usado pelos habitantes das localidades vizinhas que chegavam à Capital para tratar de negócios. Defronte da Feira certa vez instalaram um Circo de Cavalinhos. Depois, a Praça fôra tomada pelas casas comerciais.

Do lado da Floriano Peixoto (leste) exerciam suas atividades as firmas Costa & Filho (tecidos) e João da Costa Bastos & Filhos; Loureiro & Irmão, Costa Martins & Cia.; Henrique Oliveira (pai do Dr. César Cals); Leitão, Irmão & Cia., todas casas de estiva, e J. O. Souza, que mantinha uma refinaria no último prédio da quadra.

Pela Rua Major Facundo, encontraríamos então os comerciantes Gabriel Gonçalves, Hermino Barroso (sogro do Senador Olavo de Oliveira) e seu irmão Esmerino, donos da Livraria Studart.

Alguns desses comerciantes vinham passando suas casas comerciais através de gerações, desde os primeiros tempos do Ceará. Muitas ainda conservam o mesmo ramo de negócio.

Lembrou-se João Brígido, que falava a respeito dos Alfaiates Quaresma, cuja família passava a profissão de avós a netos, constituindo o que o jornalista chamava a "dinastia alfaiática" dos Quaresmas. Álvaro Weyne, que era maçon, recorda o Mestre Jardim, cuja especialidade era muito considerada. Costumava dizer o tal Mestre Jardim a quem estranhava os números, réguas e esquadros que aplicava em seu ofício, que a arte de alfaiate era assim que nem maçonaria, tinha "segredos ocultos"...

Nos quatro cantos da Praça estavam alguns quiosques de madeira. Eram cafés e restaurantes. Também eles têm sua longa história. Recordemos apenas aqueles quatro – o de Ovídio Leopoldino da Silva; o Café Fenista, que pertencera ao Manuel Côco, tipo clássico de boêmio cearense, que andava sempre com uma rosa encarnada no peito; o Café do Comércio, de propriedade de José Moreira da Rocha (pai de Murilo Borges) e o de Ludgero Garcia.

A Praça comportava, ainda, uma porção de estabelecimentos: o Posto de Bondes, da Light, que era onde se distribuíam os cupons e se fazia a fiscalização do serviço.

No centro, em lugar da Coluna da Hora, também já demolida, havia o Coreto, onde, todas as quintas-feiras, a Banda da Força Pública e algumas vezes a Banda do Exército tocavam para as admiradas retretas municipais. Ao lado do coreto havia uma enorme caixa d'água sustentada por pés de ferro.

Onde foi depois o Abrigo Central (lado norte da Praça) estavam

naquele tempo a Prefeitura (Intendência), mais tarde demolida e cujo relógio foi colocado na igreja de Parangaba; a Drogaria de Oswaldo Studart, Casa J. Lopes & Filho, Rotisserie, J. Caminha Muniz e a casa comercial de Ribeiro Bertrand, além de J. Emygdio de Castro (pai dos Emygdio, da firma Emygdio & Irmão), a firma "A Republicana" etc. Desse lado, a frente das lojas dava diretamente para as linhas de bonde, de forma que as mercadorias eram recebidas e despachadas pelos fundos (antiga Rua Pará).

Composto o Cenário, voltamos às Eleições de 1º de Abril

Podemos imaginar aqueles animados grupos cabalando as curiosas eleições, a urna colocada ao pé do Cajueiro Botador e a banda de música dos dobrados e valsas, animando a votação para a escolha da gloriosa milícia, mais soberba e imponente do que o seu paradigma, a Guarda Nacional, destinada a marcar época na história de Fortaleza.

Durante oito ou dez anos o costume das eleições de 1º de abril conservou-se em nossa Capital. As diversas patentes e os cargos eram distribuídos, após cada novo pleito. Se acontecia ser o "Ministro da Guerra" substituído, davam-lhe o tratamento que a sua qualidade de dignatário requeria – era reformado e passava a ter exercício no Supremo...

As cédulas, como vimos, levavam críticas de seus autores, as sugestões, também os acintes. Apontavam-se defeitos nos partidos políticos em vigor, como por exemplo o do Dr. Justiniano de Serpa, "acusado de incluir nas chapas os nomes de alguns fedelhos, mal saídos dos cueiros", em vez de escolher nomes de personagens prestigiados pela maioria. Isso levou o chefe do Partido a modificar os quadros do seu Diretório, substituindo os rapazes moços e inexperientes por outros da preferência popular – o que significava que a crítica anônima da urna de 1º de abril era levada em consideração como instrumento da opinião pública.

Mas as críticas continuavam, já agora por simples picardia. Então, foi a vez de agir o Estado Maior da Milícia de Costumes, providenciando para acabar com o abuso, uma vez que a finalidade principal fôra alcançada.

À tarde, estando em apuração o conteúdo da urna, muitos se deliciavam em ler os bilhetes ali depositados. Continham sugestões gozadíssimas de castigos a serem aplicados aos contraventores. Muitos telegramas do interior do Estado eram espetados no cajueiro, para que todos os lessem. Estava ali uma roda contínua devorando as mensagens. Por exemplo: "Toda a população deste Município vibrando de entusiasmo. Candidatos plenamente vitoriosos, enquanto a oposição

vencida fragorosamente". Ou ainda: "Eleições decorreram ambiente ordem salvo incidente candidato oposicionista resolveu enforcar-se". Sempre as notícias vinham contando a vitória dos legalistas e a desgraça dos opositores.

Chegava o momento de entronizar o retrato do "Ministro da Guerra". Quase sempre o candidato não se fazia de rogado. Mandava a fotografia que era emoldurada e pendurada no galho do cajueiro. No dia seguinte eram logo compostos os quadros do Estado Maior e as folhas de promoção daqueles que se haviam distinguido na gestão anterior por um singular e eficiente combate à mentira e à desfaçatez. Despachavam-se as ordens de serviço urgentes. Tudo era feito em papel especial, cheio de sinetes e carimbos, com assinaturas e "jamegões" espetaculares, com os complicados e numerosos "cumpra-se", "encaminhe-se", "de acordo", dos figurões das chefias. Eram documentos que impressionavam.

Contam que uma vez foi enviada uma dessas folhas a um comerciante do Icó, que a recebeu de portador especial – nada menos que o Juiz de Direito da Comarca. Era uma indicação do Estado Maior eleito a 1º de abril, conferindo ao cidadão em apreço uma alta patente e incumbindo-o de realizar uma espécie de recrutamento entre os habitantes da localidade, a fim de que viessem prestar serviço no Exército, em benefício do futuro glorioso da Pátria. Foi um dia de alvoroço em Icó. O ofício foi mostrado a todos os curiosos. Passou de mão em mão. E isso foi a desgraça do destinatário, porque, quando lhe explicaram que se tratava de coisa simulada, já o vaidoso andara se exibindo, num completo desvanecimento, pela honrosa missão que lhe fôra confiada...

Os jornais do Rio e do Recife chegaram a noticiar muitas vezes aquelas ocorrências e até publicavam as comunicações "oficiais" que lhes eram enviadas.

Quando da 1ª administração do Prefeito Godofredo Maciel, o "Cajueiro Botador", crivado de pregos, como um novo São Sebastião da espécie vegetal, foi cortado para melhoramento da Praça do Ferreira. Foi um clamor geral, quase uma revolução de protestos. O Prefeito quis justificar-se, remediar a injusta iniciativa. Mandou plantar outro cajueiro no local, esquecido de que esta árvore só pega de semente. Não se transplanta senão para morrer. E tudo aconteceu conforme o destino, pondo fim a um capítulo dos mais coloridos e interessantes de nossa vida provinciana, capítulo que hoje só existe na lembrança dos antigos, dos que viveram a mocidade envolvidos na poesia simples e confortadora de sua cidade adolescente.